

FICHA DE SEGUIMENTO

AVALIAÇÃO DO PIC de MOÇAMBIQUE (2007-2010) *

Março 2012

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS (Novembro 2010)	SEGUIMENTO (Dezembro 2011)
1. Analisar os novos desafios para Moçambique em termos de desenvolvimento	DCG/DSP: Os desafios de desenvolvimento de Moçambique, expressos nos seus documentos nacionais, nomeadamente na Política Nacional de Cooperação foram levados em linha de conta na elaboração do novo PIC.	No novo PIC foram levados em linha de conta as prioridades moçambicanas expressas no Plano de Ação de Redução da Pobreza, aprovado em Maio de 2011.
2. Melhorar o PIC para que possa cumprir melhor o seu papel como documento estratégico orientador da Cooperação Portuguesa	DCG/DSP: No âmbito do novo PIC foram recolhidos os contributos dos outros atores públicos da Cooperação Portuguesa.	Face à nova orientação que foi feita ao PIC, foram pedidos, em Novembro de 2011, novos contributos de previsão financeira aos ministérios sectoriais.
3. Elaborar “planos de pormenor” que acompanhem o PIC	DCG/DSP: Não aceite, porque ainda não existem as condições nem recursos que permitam elaborar estes planos de pormenor. Por outro lado, planos de pormenor sectoriais já são elaborados ou pelas autoridades moçambicanas ou por organizações multilaterais.	-
4. Elaborar “documentos orientadores” ou manuais de boas práticas	DPP/DSP: As recomendações de documentos orientadores, como o Desenvolvimento de Capacidades, já foram levadas em linha de conta na preparação do novo PIC.	As intervenções no novo PIC contemplam projetos que visam o desenvolvimento de capacidades de Moçambique
5. Elaborar políticas que insiram os projetos em perspetivas de longo prazo	GSENEC:	-
6. Aplicar os instrumentos legais relativos ao parecer prévio do IPAD	DCG/DSP: A aplicação dos instrumentos legais caberá não ao IPAD mas p. ex, ao Tribunal de Contas. Ao IPAD caberá reforçar a sensibilização dos parceiros para a indispensabilidade de parecer prévio.	Foi lembrado aos diversos Ministérios Sectoriais, através de ofícios enviados, a necessidade de se solicitar o parecer prévio ao IPAD.
7. Fortalecer a coordenação entre o IPAD e os outros intervenientes na CP	DSP: Reforçar o papel e a regularidade da CIC e do Fórum da Cooperação.	-



	<p>DAF I / CG I: Reforçar a metodologia da criação de <i>focal point</i> para os projetos e sistematizar a realização de reuniões de coordenação sectorial quer em Portugal quer no terreno.</p>	<p>DAF I / CG I: Tem sido implementada como abordagem metodológica a definição de <i>focal point</i> para os projetos na DAF1 que tem um par nas instituições parceiras – Cooperação Interuniversitária, CTP, por exemplo.</p> <p>Nos projetos de maior dimensão são colocados no terreno coordenadores, como são o caso dos projetos do Ensino Técnico-Profissional, do PensasMoz e do Cluster.</p> <p>Para todos os casos são promovidas reuniões de coordenação quer em Portugal quer no terreno, e uma sistemática troca de informação pro via electrónica.</p> <p>Na Embaixada de PT em Maputo houve em 2011 uma definição sectorial de <i>Focal Point</i> técnicos através dos técnicos sectoriais.</p> <p>A coordenação sectorial está sistematizada ao nível da intervenção no contexto da Ilha de Moçambique. Foi também assegurada a coordenação entre o projeto de apoio institucional ao sector da Justiça e o de Apoio ao Desenvolvimento Institucional ao MINT.</p>
<p>8. Estabelecer mecanismos de planeamento conjunto do PIC</p>	<p>DPP/DSP; DAF I/CG I; Embaixada: Reforçar no âmbito do novo PIC o papel das revisões semestrais com as autoridades moçambicanas abrangendo o Programa e os PPA que o compõem.</p>	<p>DAF I/CG I: Ao nível dos grandes PPA foram realizadas reuniões de revisão/acompanhamento com os parceiros sectoriais moçambicanos – p.ex. Cluster, ETP e PensasMoz -.</p>
<p>9. Estabelecer mecanismos de coordenação dos projetos dentro de cada área de intervenção</p>	<p>DAF I/CG I: Reforçar a visão de intervenção sectorial que o IPAD detém e que tem vindo a ser concretizada ao nível da análise das intervenções, nomeadamente pela sistematização das reuniões sectoriais envolvendo os executores e promotores para promover sinergias.</p>	<p>DAF I/CG I: A coordenação sectorial está sistematizada ao nível da intervenção no contexto da Ilha de Moçambique. Foi também assegurada a coordenação entre o projeto de apoio institucional ao sector da</p>

		Justiça e o de Apoio ao Desenvolvimento Institucional ao MINT. Também incrementada a coordenação entre projetos no sector da Educação, atuantes em diferentes níveis e tipos de ensino.
10. Melhorar a articulação entre os departamentos do IPAD com responsabilidades em relação a Moçambique	DCG/DSP; DAF I/CG I: Maior regularidade nas reuniões internas sobre Moçambique.	Não se têm realizado as reuniões previstas. DAF I/CG I: Tem decorrido articulação e troca de informação sobre as ações em curso.
11. Coordenação quanto às Linhas de Crédito concessionais portuguesas a Moçambique	<p>Ministério das Finanças: O Governo moçambicano, através da Direção Nacional do Tesouro, negocia com Portugal todas as condições das Linhas de Crédito e as mesmas são objecto de assinatura conjunta.</p> <p>Por definição, as Linhas de Crédito são genéricas e não identificam quaisquer projetos específicos na data da sua assinatura. É o país beneficiário que identifica posteriormente, com base nas suas prioridades, os projetos a imputar à Linha, o que está de acordo com as boas práticas internacionais relativas, nomeadamente, ao alinhamento da ajuda.</p> <p>Depois de identificados os projetos pela parte moçambicana, como referido na página 116 (conclusão 16) do Relatório Final da Avaliação do PIC, a aprovação dos mesmos pela parte portuguesa é efectuada após consulta ao Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento (CGFEI), grupo de trabalho que inclui um elemento designado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (de acordo com o seu Regulamento interno, o CGFEI é composto por um representante do Ministro das Finanças, que preside, por um representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros, por um representante do Ministro da Economia e por duas personalidades de reconhecida experiência em matérias cooperação e ou exportação e investimento).</p>	<p>O comentário do MF mantém-se válido.</p> <p>Apenas sugerimos que na última frase se introduzam as palavras "... e implementação...", conforme assinalado a sombreado</p>

	<p>O IPAD, pretendendo reforçar o seu papel de coordenação, poderá ter acesso a toda a informação relativa aos projetos, junto do referido grupo de trabalho. De mencionar ainda que, junto do referido grupo de trabalho, poderá solicitar os necessários estudos de impacto económico e social desde que exista financiamento para a realização dos mesmos.</p> <p>Sendo o Governo moçambicano uma das partes intervenientes no processo de negociação e implementação das Linhas de Crédito, as autoridades responsáveis daquele país detêm toda a informação sobre as mesmas.</p>	
12. Integração dos projetos nos programas estratégicos sectoriais existentes	<p>DCG/DSP; DAF I /CG I: Embaixada: Reforçar o processo de alinhamento dos projetos apoiados com os programas sectoriais existentes e com a ENRP, o que já é feito ao nível da análise dos mesmos e deve ser complementado com o seu enquadramento nos quadros de seguimento PIC e reuniões de coordenação de doadores e do preenchimento da Matriz de doadores.</p>	<p>DCG/DSP: No âmbito do novo PIC, procurou-se integrar as diversas intervenções da Cooperação Portuguesa nos programas sectoriais moçambicanos.</p> <p>DAF I /CG I: Ao nível da análise dos projetos é identificado o respetivo alinhamento com os programas sectoriais existentes e com a ENRP.</p>
13. Reforçar a coordenação com as instituições moçambicanas	<p>Embaixada: -</p>	-
14. Melhorar a informação disponível sobre as atividades da CP em Moçambique com vista a facilitar a cooperação entre as partes	<p>DCG/DSP: Envio da informação sobre as atividades da Cooperação Portuguesa regularmente e sempre que solicitado pelas autoridades moçambicanas; Já existe um Ponto de Situação sobre a Cooperação Portugal - Moçambique com informação atualizada sobre os projetos em curso. Esta informação é atualizada, pelo menos, numa base mensal.</p> <p>DAF1/CGI: Reforçar a disponibilização de dados sobre os projetos apoiados e financiados e a realização de reuniões de coordenação entre os parceiros dos PPA.</p>	<p>A informação sobre a Cooperação Portuguesa em Moçambique tem sido atualizada de acordo com as previsões e sempre que solicitada.</p> <p>DAF1/CGI: É disponibilizada informação genérica sobre os projetos apoiados e financiados através do sítio do IPAD. São mantidas atualizadas Fichas de Projetos sobre os diversos PPA.</p>

		<p>Têm-se organizado com maior regularidade e visibilidade, diversos eventos – exposições, workshops, seminários, competições, etc, - dedicados a divulgar resultados de programas/projetos relevantes da CP para Moçambique, e também promover o debate sobre as temáticas alvo dos programas/projetos da CP. Também integradas em painéis de eventos organizados por outras entidades moçambicanas dedicados às temáticas abordadas pelos programas/projetos da CP.</p>
<p>15. Melhorar a divulgação do programa de bolsas em Moçambique</p>	<p>N. Bolsas/CG I: Reforçar o relacionamento com a Embaixada que poderá promover o acompanhamento da atribuição de bolsas e dos bolseiros selecionados.</p>	<p>-</p> <p>Por forma a agilizar o processo de atribuição de bolsas de estudo em Portugal e consequentemente evitar atrasos dos bolseiros na chegada à formação ao nosso país o NB elabora uma check-list, na qual consta a documentação necessária à candidatura para cada nível de ensino, metodologia, normas, procedimentos e prazos, solicitando à Embaixada a verificação dos processos a remeter ao IPAD e, em muitos casos, são efectuados contactos no decorrer do processo.</p> <p>A atribuição, gestão e acompanhamento das bolsas internas está a cargo da nossa Embaixada havendo articulação com o IPAD através da entrega dos respectivos relatórios de contas por parte da Embaixada.</p>
<p>16. Mapeamento dos doadores e dos seus projetos em Moçambique de modo a identificar oportunidades de coordenação e</p>	<p>Embaixada: -</p> <p>DSP/DCG: Continuar a reforçar a recolha de informação</p>	<p>-</p> <p>A informação sobre os outros doadores tem</p>

complementaridade	relativa a outros doadores. Paralelamente, e à semelhança dos outros doadores, a informação sobre a Cooperação Portuguesa é atualizada regularmente e disponibilizada quer no âmbito da ODAMOZ, quer no âmbito do Governo de Moçambique.	sido atualizada e a informação para a base de dados ODAMOZ tem sido enviada com a regularidade prevista.
17. Reforçar a participação portuguesa na estrutura dos Parceiros de Apoio Programático e cumprir os compromissos financeiros	DSP/DCG: Isto depende se houver decisão superior de aumentar as nossas contribuições financeiras ou aderir a novos fundos sectoriais.	Não houve uma decisão superior para aumentar a nossa participação financeira, nem participar em novos Fundos Sectoriais.
18. Redefinir os indicadores de desempenho dos parceiros de apoio ao orçamento	DSP/DCG: Não aceite, porque isto depende de negociações entre o G-19 e o Governo de Moçambique.	-
19. Melhorar a Matriz de Intervenção do PIC	DSP/DCG: a Matriz no novo PIC será reforçada com informação sobre os Indicadores e Metas a alcançar a alcançar de modo a que seja mais fácil identificar os objectivos que se pretende alcançar. Paralelamente, uma maior objectividade dos objetivos fará com que a avaliação seja mais fácil de executar.	A Matriz não foi incluída, por decisão superior, no novo PIC.
20. Elaborar um “Quadro Lógico” (ou instrumento semelhante) para todos os projetos	DAF I/CG I: O Quadro Lógico faz parte dos documentos exigidos na instrução dos PPA e o seu adequado preenchimento continuará a ser promovido como elemento essencial na preparação, implementação e seguimento dos PPA.	DAF I/CG I: O Quadro Lógico faz parte dos documentos exigidos na instrução dos PPA e o seu adequado preenchimento continua a ser promovido como elemento essencial na preparação, implementação e seguimento dos PPA.
21. Melhorar a definição dos indicadores de impacto dos projetos	DAF I/CG I: Os Indicadores são uma matéria que tem vindo a merecer atenção e aprofundamento junto dos parceiros. No entanto ainda num contexto de indicadores de processo e de resultados.	DAF I/CG I: Os Indicadores de processo e de resultados estão em uso e são trabalhados com os parceiros.
22. Documentação de suporte idêntica para todos os projetos	DAF I/CG I: Já é obrigatório a utilização da documentação de suporte aprovada.	DAF I/CG I: Continua a ser obrigatório a utilização da documentação de suporte aprovada.
23. Estabelecer um sistema de acompanhamento dos projetos e da estratégia da CP	DAF I/CG I: As fichas de projeto e quadros financeiros existem e numa lógica de melhoramento contínuo.	-
24. Documentar e organizar a informação sobre os projetos e sobre a cooperação a nível do IPAD	DAF I/CG I: Área central e que tem merecido e continuará a merecer melhoramento, nomeadamente em	DAF I/CG I: Em curso, sendo atualmente centrada no EDOCLINK, na Intranet e site

	termos de sistematização da informação, <i>layout</i> e metodologia de divulgação/acessibilidade.	institucional.
25. Levar a cabo avaliações direcionadas a certos projetos	DAF I/CG I: Importante. Já é obrigatório nos grandes projetos.	DAF I/CG I: Em curso.
26. Iniciar um processo de consulta para análise dos constrangimentos à aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique	DSP/DCG: Não aceite. O Plano Diretor foi apresentado às autoridades moçambicanas e aguardamos a sua aprovação. A aprovação depende de uma decisão política da parte de Moçambique e não nos parece que seja necessário fazer uma identificação exaustiva aos motivos que explicam esta situação.	--
27. Definir uma política de comunicação para prestação de contas “publish what you fund”	DCG/DSP: O Ponto de Situação sobre a Cooperação Portuguesa com Moçambique é atualizado regularmente no site do IPAD.	O Ponto de Situação tem sido atualizado.
	DAF I/CG1: Informação disponibilizada no site do IPAD e Newsletter Publicação dos subsídios é mesmo obrigação legal.	DAF I/CG1: Informação disponibilizada no site do IPAD e <i>Newsletter</i> Publicação dos subsídios é mesmo obrigação legal.
28. Fomentar o “diálogo estratégico” entre os vários atores da CP com vista a facilitar o desenvolvimento de um quadro comum de atuação em Moçambique	DSP/DPP: Reforçar a regularidade das CIC e Fórum da Cooperação.	O agendamento das CIC e dos Fóruns está dependente de decisão de S. Exa SENEK.
	DAF I/CG I: Medidas previstas nos pontos 7, 9, 10.	DAF I/CG I: Medidas previstas nos pontos 7, 9, 10.
29. Estimular a investigação sobre a cooperação internacional em Moçambique	DAF I/CG I: Foi recentemente criada uma linha específica de atribuição de bolsas de pós-doc para investigação que poderá responder a esta questão.	DAF I/CG I: Sem execução.
30. Reforço do processo de concentração sectorial e divisão do trabalho	DAF I/CG I: Preocupação constante da atuação e que neste momento se materializa por exemplo num projeto de Cooperação Delegada com a UE para o MINT e nos apoios sectoriais FASE e Fundo Estatística.	DAF I/CG I: Materializada na Cooperação Delegada na área da Segurança Interna, no FASE e no apoio ao Fundo Estatística.
31. Reforçar os recursos humanos no terreno e garantir maior autonomia	IPAD: Não aceite devido a constrangimentos financeiros.	-
32. Maiores esforços de passagem da gestão dos financiamentos para as instituições moçambicanas	DAF I/CG I: Sempre que possível, já é feito no âmbito do apoio ao orçamento e fundos sectoriais.	DAF I/CG I: Já é feito no âmbito do apoio ao orçamento e fundos sectoriais. Tem, por outro lado, sido aplicada a

		metodologia de integração de técnicos moçambicanos nos projetos, por exemplos: Cluster da Ilha Moçambique, Ensino Técnico-profissional e Pensas@moz.
	Embaixada: -	-
33. Identificar técnicos moçambicanos com as qualificações adequadas para trabalharem nos projetos da CP	Embaixada: -	-
34. Divulgação das normas de apresentação de projetos	DAF I/CG I: Já estão disponíveis no site.	DAF I/CG I: Já estão disponíveis no site.
	Embaixada: -	-
35. Atualização e operacionalização da estratégia de Portugal no Cluster Ilha de Moçambique	DSP/DCG: Não aceite. A operacionalização da intervenção está em curso com o envio de um Coordenador para o Cluster que já iniciou a 1ª missão.	-

* Face às alterações políticas ocorridas no país, a nova tutela decidiu reavaliar o texto do PIC de Moçambique 2011-2014.